



# Câmara Nacional de Justiça Arbitral

## CNJA

Cláusula Compromissória

### CLÁUSULA COPROMISSÓRIA

Modelo de cláusula compromissória recomendado pela  
Câmara Nacional de Justiça Arbitral – CNJA.

#### I — CUIDADOS E RECOMENDAÇÕES

- Todo o texto deve estar em **NEGRITO**.
- Quando em contratos de adesão, ou seja, quando a cláusula compromissória é estabelecida unilateralmente ou por autoridade competente, esta deve ser assinada, **OBRIGATORIAMENTE**, pelo aderente.
- Informar quem será o responsável pelas despesas com o processo arbitral.

#### II — CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA DETALHADA

As partes convencionam entre si, livremente e amparadas pela Lei nº 13.140/15 e Lei 9.307/96, que qualquer questão oriunda da interpretação desse contrato/instrumento, ou a ele referente, será definitivamente resolvida através da mediação e/ou da arbitragem, a serem administradas pela Câmara Nacional de Justiça Arbitral - CNJA ([www.cnja-jus.com](http://www.cnja-jus.com)), inscrita no CNPJ/MF sob o número 28.556.430/0001-03, na forma do regulamento Arbitral e por mais privilegiado que seja outro órgão ou Tribunal.

A CNJA indicará o Mediador e o Árbitro, dentro de seu corpo de profissionais qualificados, com capacidade técnica para tratar da divergência a ser abordada, que só poderá recusado por justo motivo.

Não sendo frutífera a mediação/conciliação, a arbitragem deverá ser observados os seguintes itens:

§1º A arbitragem será conduzida por \_\_\_\_\_ (um/três árbitros).



Cadastrado

[cnja@cnja-jus.com](mailto:cnja@cnja-jus.com)

Avenida Paulista, 1765 - 7º e 13º andares – São Paulo/SP



# Câmara Nacional de Justiça Arbitral

## CNJA

*Cláusula Compromissória*

§2º A arbitragem terá sede em \_\_\_\_\_.

§3º O idioma oficial da arbitragem será o \_\_\_\_\_.

§4º A arbitragem será regida pelo/por \_\_\_\_\_ (direito/equidade).

§5º A parte vencida será responsável pelo pagamento das custas e despesas procedimentais, bem como os honorários dos árbitros e advocatícios, na proporção de sua sucumbência, conforme decisão do tribunal arbitral.

§6º Antes da constituição do tribunal arbitral, as partes poderão recorrer ao Poder Judiciário exclusivamente para a concessão de medidas de urgência, sem que isso constitua renúncia à arbitragem ou violação desta cláusula, elegendo-se o foro da comarca de [cidade/estado], com renúncia a qualquer outro, observadas as regras de competência aplicáveis. Após constituído o tribunal arbitral, caberá a ele rever, manter, modificar ou revogar quaisquer medidas de urgência concedidas pelo Poder Judiciário, podendo também conceder medidas cautelares e de urgência diretamente.

§7º Todas as negociações, mediações, conciliações e arbitragens serão confidenciais, abrangendo alegações, documentos, provas, laudos, decisões e sentenças, ressalvadas as divulgações necessárias para cumprimento de ordem legal ou judicial, bem como, vedada a divulgação de informações sem consentimento mútuo, sob pena de multa inicial equivalente a 10% do valor da sentença. A lei aplicável a este Contrato, inclusive para interpretação e execução, será a do Brasil.

***Nota: Transcrever ao final da Cláusula Detalhada a Cláusula Acessória.***



cnja@cnja-jus.com

Avenida Paulista, 1765 - 7º e 13º andares – São Paulo/SP



# **Câmara Nacional de Justiça Arbitral**

## **CNJA**

*Cláusula Compromissória*

### **III — CLÁUSULA ORDENADA (RECOMENDADA PELA CNJA)**

Em caso de conflito decorrente da interpretação ou execução deste Contrato, as partes envidarão seus melhores esforços para solucioná-lo amigavelmente, por meio de negociação direta entre seus representantes, no prazo de 15 (quinze) dias contados do recebimento de notificação escrita da parte interessada.

Não havendo solução pela negociação no prazo acima, o litígio será submetido à mediação/conciliação, nos termos da Lei 13.140/2015 e do Regulamento de Mediação da Câmara Nacional de Justiça Arbitral – CNJA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 28.556.430/0001-03, com a indicação de mediador a ser feita pela CNJA, salvo acordo diverso entre as partes. As informações, propostas, concessões e documentos produzidos exclusivamente para a mediação serão confidenciais e não poderão ser utilizados como prova em eventual arbitragem ou processo judicial, salvo comum acordo ou quando exigido por lei. Havendo acordo por mediação e/ou conciliação, ficam as partes responsáveis solidariamente pelo pagamento das custas e despesas procedimentais, bem como os honorários dos mediadores e conciliadores, ou conforme sua manifestação na assinatura de Termo de Mediação, Conciliação e Arbitragem. Os honorários advocatícios serão rateados conforme acordo das partes ou, na ausência deste, pela metade cada uma.

O procedimento de mediação/conciliação não poderá ultrapassar 60 (sessenta) dias, a contar da assinatura do Termo de Mediação/Conciliação, prorrogável por igual período mediante acordo escrito das partes. A interrupção por qualquer das partes não afetará a contagem de prazos prescricionais ou decadenciais, levando diretamente à fase de arbitragem, salvo se houver reconciliação posterior.

No caso de as partes não chegarem a um acordo no prazo supracitado, o conflito será solucionado por arbitragem, a ser administrada pela Câmara Nacional de Justiça Arbitral - CNJA, inscrita no CNPJ/MF sob o número 28.556.430/0001-03, na forma de seu Regulamento e sob as regras da Lei nº 9.307/96, adotando-se o procedimento sumário quando o valor da causa não exceder R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), ou ritual quando superior.



cnja@cnja-jus.com

Avenida Paulista, 1765 - 7º e 13º andares – São Paulo/SP



# Câmara Nacional de Justiça Arbitral

## CNJA

Cláusula Compromissória

Na arbitragem deverão ser observados os seguintes itens:

§1º A arbitragem será conduzida por \_\_\_\_\_ (um/três árbitros).

§2º A arbitragem terá sede em \_\_\_\_\_.

§3º O idioma oficial da arbitragem será o \_\_\_\_\_

§4º A arbitragem será regida pelo/por \_\_\_\_\_ (direito/equidade).

§5º A parte vencida será responsável pelo pagamento das custas e despesas procedimentais, bem como os honorários dos árbitros e advocatícios, na proporção de sua sucumbência, conforme decisão do tribunal arbitral.

§6º Antes da constituição do tribunal arbitral, as partes poderão recorrer ao Poder Judiciário exclusivamente para a concessão de medidas de urgência, sem que isso constitua renúncia à arbitragem ou violação desta cláusula, elegendo-se o foro da comarca de [cidade/estado], com renúncia a qualquer outro, observadas as regras de competência aplicáveis. Após constituído o tribunal arbitral, caberá a ele rever, manter, modificar ou revogar quaisquer medidas de urgência concedidas pelo Poder Judiciário, podendo também conceder medidas cautelares e de urgência diretamente.

§7º Todas as negociações, mediações, conciliações e arbitragens serão confidenciais, abrangendo alegações, documentos, provas, laudos, decisões e sentenças, ressalvadas as divulgações necessárias para cumprimento de ordem legal ou judicial, bem como, vedada a divulgação de informações sem consentimento mútuo, sob pena de multa inicial equivalente a 10% do valor da sentença. A lei aplicável a este Contrato, inclusive para interpretação e execução, será a do Brasil.

***Nota: Transcrever ao final da Cláusula Ordenada a Cláusula Compromissória Simples ou a Cláusula Compromissória Detalhada e a Cláusula Acessória.***



cnja@cnja-jus.com

Avenida Paulista, 1765 - 7º e 13º andares – São Paulo/SP



# **Câmara Nacional de Justiça Arbitral**

## **CNJA**

*Cláusula Compromissória*

### **III — CLÁUSULA ACESSÓRIA**

Na hipótese de descumprimento ou resistência injustificada por qualquer das Partes ao cumprimento desta Cláusula Compromissória – incluindo, mas não se limitando à recusa em submeter o conflito à mediação, conciliação ou arbitragem, ou à impugnação judicial indevida da cláusula –, a Parte infratora incorrerá em multa penal compensatória no valor de 30% (trinta por cento) sobre o montante total da condenação arbitral (ou, na ausência de condenação, sobre o valor estimado da controvérsia), em favor da Parte aderente, independentemente do resultado final do procedimento, favorável ou não à infratora. Tal multa será devida de imediato, com pagamento em até 10 (dez) dias corridos da notificação pela Câmara Nacional de Justiça Arbitral - CNJA, sob pena de execução judicial no foro eleito nesta cláusula. O Tribunal Arbitral poderá, motivadamente, reduzir o valor da multa em casos de manifesta desproporcionalidade, sem prejuízo de perdas e danos adicionais. O valor máximo da multa não excederá R\$\*\*\*.000,00 (\*\*\*\* mil reais), ajustável pelo valor do Contrato.





# **Câmara Nacional de Justiça Arbitral**

## **CNJA**

*Cláusula Compromissória*

English Translation

### **ARBITRATION CLAUSES**

#### **CAUTIONS AND RECOMMENDATIONS**

Model arbitration clause recommended by the National Chamber of Arbitration Justice – CNJA.

#### **I — DETAILED ARBITRATION CLAUSE**

The parties agree among themselves, freely and supported by Law No. 13.140/15 and Law 9.307/96 from Brazil, that any issue arising from the interpretation of this contract/instrument, or related to it, shall be definitively resolved through mediation and/or arbitration, to be administered by the National Chamber of Arbitration Justice - CNJA ([www.cnja-jus.com](http://www.cnja-jus.com)), registered with CNPJ/MF under No. 28.556.430/0001-03, in accordance with its Arbitration Regulations and by any other body or Court that may be more privileged.

The CNJA will appoint the Mediator and the Arbitrator from its body of qualified professionals with the technical capacity to address the dispute in question, who may only be challenged for just cause.

If mediation/conciliation is not fruitful, the arbitration shall observe the following items:

§1º The arbitration shall be conducted by \_\_\_\_\_ (one/three arbitrators).

§2º The arbitration shall have its seat in \_\_\_\_\_.

§3º The official language of the arbitration shall be \_\_\_\_\_.

§4º The arbitration shall be governed by \_\_\_\_\_ (law/equity).



[cnja@cnja-jus.com](mailto:cnja@cnja-jus.com)

Avenida Paulista, 1765 - 7º e 13º andares – São Paulo/SP



# Câmara Nacional de Justiça Arbitral

## CNJA

*Cláusula Compromissória*

§5º The losing party shall be responsible for the payment of procedural costs and expenses, as well as the arbitrators' fees and attorneys' fees, in proportion to its sucumbence, as per the decision of the arbitral tribunal.

§6º Prior to the constitution of the arbitral tribunal, the parties may resort to the Judiciary exclusively for the granting of urgent measures, without this constituting a waiver of arbitration or violation of this clause, electing the forum of the [city/state] county, with waiver of any other, subject to applicable competence rules. After the arbitral tribunal is constituted, it shall review, maintain, modify, or revoke any urgent measures granted by the Judiciary, and may also grant precautionary and urgent measures directly.

§7º All negotiations, mediations, conciliations, and arbitrations shall be confidential, covering allegations, documents, evidence, reports, decisions, and awards, except for disclosures necessary for compliance with legal or judicial orders, and the disclosure of information without mutual consent is prohibited, under penalty of an initial fine equivalent to 10% of the value of the award. The law applicable to this Contract, including for interpretation and execution, shall be that of Brazil.

***Note: Transcribe at the end of the Ordered Clause the Simple Arbitration Clause or the Detailed Arbitration Clause and the Accession Clause.***



cnja@cnja-jus.com

Avenida Paulista, 1765 - 7º e 13º andares – São Paulo/SP



# Câmara Nacional de Justiça Arbitral

**CNJA**

*Cláusula Compromissória*

## II — ORDERED CLAUSE (RECOMMENDED BY CNJA)

In the event of a conflict arising from the interpretation or execution of this Contract, the parties shall make their best efforts to resolve it amicably, through direct negotiation between their representatives, within 15 (fifteen) days from the receipt of written notice from the interested party.

If there is no solution through negotiation within the above period, the dispute shall be submitted to mediation/conciliation, in accordance with Law 13.140/2015 and the Mediation Regulations of the National Chamber of Arbitration Justice – CNJA - Brazil, registered with CNPJ/MF under No. 28.556.430/0001-03, with the appointment of the mediator to be made by the CNJA, unless otherwise agreed between the parties. The information, proposals, concessions, and documents produced exclusively for mediation shall be confidential and may not be used as evidence in any subsequent arbitration or judicial process, except by mutual agreement or when required by law.

If an agreement is reached through mediation and/or conciliation, the parties shall be jointly liable for the payment of procedural costs and expenses, as well as the fees of the mediators and conciliators, or as per their manifestation upon signing the Mediation, Conciliation, and Arbitration Agreement. Attorneys' fees shall be shared as per the parties' agreement or, in the absence thereof, equally between them.

The mediation/conciliation procedure may not exceed 60 (sixty) days from the signing of the Mediation/Conciliation Agreement, extendable for an equal period by written agreement of the parties. Interruption by either party shall not affect the running of prescription or decay periods, leading directly to the arbitration phase, unless there is subsequent reconciliation.

In the event the parties do not reach an agreement within the aforementioned period, the dispute shall be resolved by arbitration, to be administered by the National Chamber of Arbitration Justice – CNJA - Brazil, registered with CNPJ/MF under No. 28.556.430/0001-03, in accordance with its Regulations and under the rules of Law No. 9.307/96, adopting the summary procedure when the value of the claim does not exceed \$\*00,000.00 (\*\*\*\*\*), or the ritual procedure when higher.



cnja@cnja-jus.com

Avenida Paulista, 1765 - 7º e 13º andares – São Paulo/SP



# Câmara Nacional de Justiça Arbitral

## CNJA

*Cláusula Compromissória*

In the arbitration, the following items shall be observed:

§1º The arbitration shall be conducted by \_\_\_\_\_ (one/three arbitrators).

§2º The arbitration shall have its seat in \_\_\_\_\_.

§3º The official language of the arbitration shall be \_\_\_\_\_.

§4º The arbitration shall be governed by \_\_\_\_\_ (law/equity).

§5º The losing party shall be responsible for the payment of procedural costs and expenses, as well as the arbitrators' fees and attorneys' fees, in proportion to its sucumbence, as per the decision of the arbitral tribunal.

§6º Prior to the constitution of the arbitral tribunal, the parties may resort to the Judiciary exclusively for the granting of urgent measures, without this constituting a waiver of arbitration or violation of this clause, electing the forum of the [city/state] county, with waiver of any other, subject to applicable competence rules. After the arbitral tribunal is constituted, it shall review, maintain, modify, or revoke any urgent measures granted by the Judiciary, and may also grant precautionary and urgent measures directly.

§7º All negotiations, mediations, conciliations, and arbitrations shall be confidential, covering allegations, documents, evidence, reports, decisions, and awards, except for disclosures necessary for compliance with legal or judicial orders, and the disclosure of information without mutual consent is prohibited, under penalty of an initial fine equivalent to 10% of the value of the award. The law applicable to this Contract, including for interpretation and execution, shall be that of Brazil.

***Note: Transcribe at the end of the Ordered Clause the Simple Arbitration Clause or the Detailed Arbitration Clause and the Accession Clause.***



cnja@cnja-jus.com

Avenida Paulista, 1765 - 7º e 13º andares – São Paulo/SP



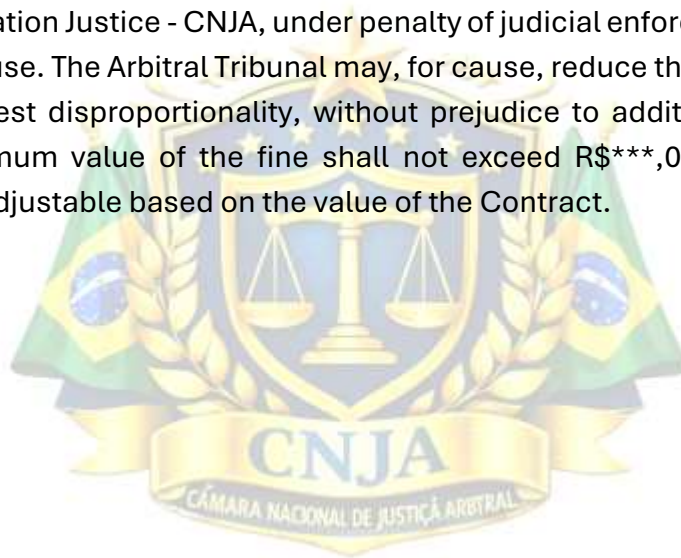
# **Câmara Nacional de Justiça Arbitral**

## **CNJA**

*Cláusula Compromissória*

### **III — ACCESSORY CLAUSE**

In the event of unjustified breach or resistance by any of the Parties to compliance with this Arbitration Clause – including, but not limited to, refusal to submit the dispute to mediation, conciliation, or arbitration, or improper judicial challenge to the clause –, the breaching Party shall incur a compensatory penalty fine in the amount of 30% (thirty percent) on the total amount of the arbitral award (or, in the absence of an award, on the estimated value of the dispute), in favor of the adhering Party, regardless of the final outcome of the proceeding, favorable or not to the breaching party. Such fine shall be due immediately, payable within 10 (ten) calendar days from notification by the National Chamber of Arbitration Justice - CNJA, under penalty of judicial enforcement in the forum elected in this clause. The Arbitral Tribunal may, for cause, reduce the amount of the fine in cases of manifest disproportionality, without prejudice to additional damages and losses. The maximum value of the fine shall not exceed R\$\*\*\*,000.00 (\*\*\*) hundred thousand reais), adjustable based on the value of the Contract.



Cadastrado

[cnja@cnja-jus.com](mailto:cnja@cnja-jus.com)

Avenida Paulista, 1765 - 7º e 13º andares – São Paulo/SP



# **Câmara Nacional de Justiça Arbitral**

## **CNJA**

*Cláusula Compromissória*

Spanish Translation (Traducción al Español)

### **CLÁUSULAS ARBITRALES**

#### **PRECAUCIONES Y RECOMENDACIONES**

##### **I — CLÁUSULA ARBITRAL DETALLADA**

Las partes se convencionan entre sí, libremente y respaldadas por la Ley N° 13.140/15 y la Ley 9.307/96 Brasileña, que cualquier cuestión originada de la interpretación de este contrato/instrumento, o a él referente, será definitivamente resuelta a través de la mediación y/o del arbitraje, a ser administrados por la Cámara Nacional de Justicia Arbitral – CNJA - Brazil ([www.cnja-jus.com](http://www.cnja-jus.com)), inscrita en el CNPJ/MF bajo el N° 28.556.430/0001-03, en la forma de su Reglamento Arbitral y por cualquier otro órgano o Tribunal que sea más privilegiado.

La CNJA indicará el Mediador y el Árbitro, dentro de su cuerpo de profesionales calificados, con capacidad técnica para tratar la divergencia a ser abordada, que solo podrá ser recusado por justo motivo.

No siendo fructífera la mediación/conciliación, el arbitraje deberá observar los siguientes ítems:

§1º El arbitraje será conducido por \_\_\_\_\_ (un/tres árbitros).

§2º El arbitraje tendrá sede en \_\_\_\_\_.

§3º El idioma oficial del arbitraje será \_\_\_\_\_.

§4º El arbitraje será regido por \_\_\_\_\_ (derecho/equidad).

§5º La parte vencida será responsable del pago de las costas y gastos procedimentales, así como de los honorarios de los árbitros y abogaciles, en proporción a su sucumbencia, conforme a la decisión del tribunal arbitral.



[cnja@cnja-jus.com](mailto:cnja@cnja-jus.com)

Avenida Paulista, 1765 - 7º e 13º andares – São Paulo/SP



# Câmara Nacional de Justiça Arbitral

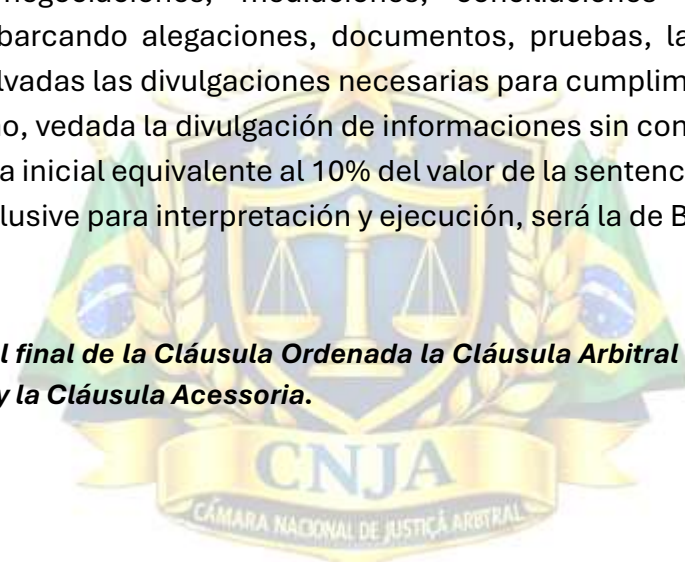
## CNJA

*Cláusula Compromissória*

§6º Antes de la constitución del tribunal arbitral, las partes podrán recurrir al Poder Judicial exclusivamente para la concesión de medidas de urgencia, sin que ello constituya renuncia al arbitraje o violación de esta cláusula, eligiendo el foro de la comarca de [ciudad/estado], con renuncia a cualquier otro, observadas las reglas de competencia aplicables. Después de constituido el tribunal arbitral, le corresponderá revisar, mantener, modificar o revocar cualesquiera medidas de urgencia concedidas por el Poder Judicial, pudiendo también conceder medidas cautelares y de urgencia directamente.

§7º Todas las negociaciones, mediaciones, conciliaciones y arbitrajes serán confidenciales, abarcando alegaciones, documentos, pruebas, laudos, decisiones y sentencias, ressaltadas las divulgaciones necesarias para cumplimiento de orden legal o judicial, así como, vedada la divulgación de informaciones sin consentimiento mutuo, bajo pena de multa inicial equivalente al 10% del valor de la sentencia. La ley aplicable a este Contrato, inclusive para interpretación y ejecución, será la de Brasil.

***Nota: Transcribir al final de la Cláusula Ordenada la Cláusula Arbitral Simple o la Cláusula Arbitral Detallada y la Cláusula Acessoria.***





# Câmara Nacional de Justiça Arbitral

**CNJA**

*Cláusula Compromissória*

## II — CLÁUSULA ORDENADA (RECOMENDADA POR LA CNJA)

En caso de conflicto decurrente de la interpretación o ejecución de este Contrato, las partes envidarán sus mejores esfuerzos para solucionarlo amigablemente, por medio de negociación directa entre sus representantes, en el plazo de 15 (quince) días contados del recibo de notificación escrita de la parte interesada.

No habiendo solución por la negociación en el plazo supra, el litigio será sometido a mediación/conciliación, en los términos de la Ley 13.140/2015 y del Reglamento de Mediación de la Cámara Nacional de Justicia Arbitral – CNJA - Brazil, inscrita en el CNPJ/MF bajo el N° 28.556.430/0001-03, con la indicación del mediador a ser hecha por la CNJA, salvo acuerdo diverso entre las partes. Las informaciones, propuestas, concesiones y documentos producidos exclusivamente para la mediación serán confidenciales y no podrán ser utilizados como prueba en eventual arbitraje o proceso judicial, salvo común acuerdo o cuando exigido por ley.

Habiendo acuerdo por mediación y/o conciliación, quedan las partes responsables solidariamente por el pago de las costas y gastos procedimentales, así como de los honorarios de los mediadores y conciliadores, o conforme su manifestación en la firma del Termo de Mediación, Conciliación y Arbitraje. Los honorarios abogaciles serán rateados conforme acuerdo de las partes o, en su ausencia, por la mitad cada una.

El procedimiento de mediación/conciliación no podrá ultrapassar 60 (sesenta) días, a contar de la firma del Termo de Mediación/Conciliación, prorrogable por igual período mediante acuerdo escrito de las partes. La interrupción por cualquiera de las partes no afectará el cómputo de plazos prescriptivos o decadenciales, llevando directamente a la fase de arbitraje, salvo si hubiere reconciliación posterior.

En caso de que las partes no lleguen a un acuerdo en el plazo supracitado, el conflicto será solucionado por arbitraje, a ser administrado por la Cámara Nacional de Justicia Arbitral – CNJA - Brazil, inscrita en el CNPJ/MF bajo el número 28.556.430/0001-03, en la forma de su Reglamento y bajo las reglas de la Ley N° 9.307/96, adoptándose el procedimiento sumario cuando el valor de la causa no exceda \$\*\*\*.000,00 (\*\*\*\*\* mil \*\*\*\*\*), o ritual cuando superior.



cnja@cnja-jus.com

Avenida Paulista, 1765 - 7º e 13º andares – São Paulo/SP



# Câmara Nacional de Justiça Arbitral

## CNJA

*Cláusula Compromissória*

En el arbitraje deberán ser observados los siguientes ítems:

§1º El arbitraje será conducido por \_\_\_\_\_ (un/tres árbitros).

§2º El arbitraje tendrá sede en \_\_\_\_\_.

§3º El idioma oficial del arbitraje será \_\_\_\_\_.

§4º El arbitraje será regido por \_\_\_\_\_ (derecho/equidad).

§5º La parte vencida será responsable del pago de las costas y gastos procedimentales, así como de los honorarios de los árbitros y abogaciles, en proporción a su sucumbencia, conforme a la decisión del tribunal arbitral.

§6º Antes de la constitución del tribunal arbitral, las partes podrán recurrir al Poder Judicial exclusivamente para la concesión de medidas de urgencia, sin que ello constituya renuncia al arbitraje o violación de esta cláusula, eligiendo el foro de la comarca de [ciudad/estado], con renuncia a cualquier otro, observadas las reglas de competencia aplicables. Después de constituido el tribunal arbitral, le corresponderá revisar, mantener, modificar o revocar cualesquiera medidas de urgencia concedidas por el Poder Judicial, pudiendo también conceder medidas cautelares y de urgencia directamente.

§7º Todas las negociaciones, mediaciones, conciliaciones y arbitrajes serán confidenciales, abarcando alegaciones, documentos, pruebas, laudos, decisiones y sentencias, ressaltadas las divulgaciones necesarias para cumplimiento de orden legal o judicial, así como, vedada la divulgación de informaciones sin consentimiento mutuo, bajo pena de multa inicial equivalente al 10% del valor de la sentencia. La ley aplicable a este Contrato, inclusive para interpretación y ejecución, será la de Brasil.

**Nota: Transcribir al final de la Cláusula Ordenada la Cláusula Arbitral Simple o la Cláusula Arbitral Detallada y la Cláusula Acessoria.**



Cadastrado

cnja@cnja-jus.com

Avenida Paulista, 1765 - 7º e 13º andares – São Paulo/SP



## Câmara Nacional de Justiça Arbitral

**CNJA**

*Cláusula Compromissória*

### III — CLÁUSULA ACESSORIA

En la hipótesis de incumplimiento o resistencia injustificada por cualquiera de las Partes al cumplimiento de esta Cláusula Arbitral – incluyendo, mas no limitándose a la negativa a someter el conflicto a mediación, conciliación o arbitraje, o a la impugnación judicial indebida de la cláusula –, la Parte infractora incurrirá en multa penal compensatoria en el valor de 30% (treinta por ciento) sobre el monto total de la condena arbitral (o, en ausencia de condena, sobre el valor estimado de la controversia), en favor de la Parte adherente, independientemente del resultado final del procedimiento, favorable o no a la infractora. Tal multa será debida de inmediato, con pago en hasta 10 (diez) días corridos de la notificación por la Cámara Nacional de Justicia Arbitral – CNJA - Brazil, bajo pena de ejecución judicial en el foro elegido en esta cláusula. El Tribunal Arbitral podrá, motivadamente, reducir el valor de la multa en casos de manifiesta desproporcionalidad, sin perjuicio de daños y perjuicios adicionales. El valor máximo de la multa no excederá \$\*00.000,00 (\*\*\*\*\*), ajustable por el valor del Contrato.



cnja@cnja-jus.com

Avenida Paulista, 1765 - 7º e 13º andares – São Paulo/SP



# Câmara Nacional de Justiça Arbitral

**CNJA**

*Cláusula Compromissória*

French Translation (Traduction en Français)

## CLAUSES ARBITRALES

### PRÉCAUTIONS ET RECOMMANDATIONS

#### I — CLAUSE ARBITRALE DÉTAILLÉE

Les parties se conventionnent entre elles, librement et appuyées par la Loi N° 13.140/15 et la Loi 9.307/96 Brésilien, que toute question découlant de l'interprétation de ce contrat/instrument, ou y relative, sera définitivement résolue par le biais de la médiation et/ou de l'arbitrage, à être administrés par la Chambre Nationale de Justice Arbitrale – CNJA - Brésil ([www.cnja-jus.com](http://www.cnja-jus.com)), inscrite au CNPJ/MF sous le N° 28.556.430/0001-03, conformément à son Règlement Arbitral et par tout autre organe ou Tribunal qui pourrait être plus privilégié.

La CNJA désignera le Médiateur et l'Arbitre au sein de son corps de professionnels qualifiés, dotés de la capacité technique pour traiter la divergence en question, qui ne pourra être récusé que pour juste motif.

La médiation/concertation n'étant pas fructueuse, l'arbitrage devra observer les points suivants :

§1° L'arbitrage sera conduit par \_\_\_\_\_ (un/trois arbitres).

§2° L'arbitrage aura son siège à \_\_\_\_\_.

§3° La langue officielle de l'arbitrage sera \_\_\_\_\_.

§4° L'arbitrage sera régi par \_\_\_\_\_ (droit/équité).

§5° La partie perdante sera responsable du paiement des frais et dépens procéduraux, ainsi que des honoraires des arbitres et des avocats, à due proportion de sa succombance, conformément à la décision du tribunal arbitral.



[cnja@cnja-jus.com](mailto:cnja@cnja-jus.com)

Avenida Paulista, 1765 - 7º e 13º andares – São Paulo/SP



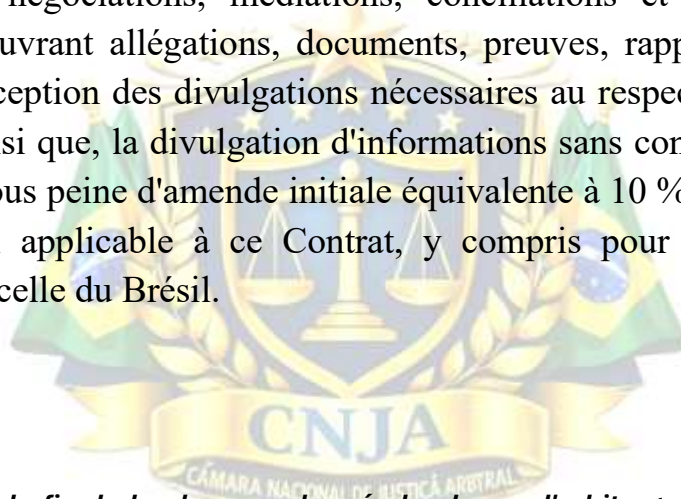
## Câmara Nacional de Justiça Arbitral

**CNJA**

*Cláusula Compromissória*

§6º Avant la constitution du tribunal arbitral, les parties pourront recourir au Pouvoir Judiciaire exclusivement pour l'octroi de mesures d'urgence, sans que cela constitue une renonciation à l'arbitrage ou une violation de cette clause, élisant le forum de la comarca de [ville/état], avec renonciation à tout autre, observées les règles de compétence applicables. Après constitution du tribunal arbitral, il lui appartiendra de réviser, maintenir, modifier ou révoquer toute mesure d'urgence accordée par le Pouvoir Judiciaire, et il pourra également accorder directement des mesures précautoires et d'urgence.

§7º Toutes les négociations, médiations, conciliations et arbitrages seront confidentiels, couvrant allégations, documents, preuves, rapports, décisions et sentences, à l'exception des divulgations nécessaires au respect d'un ordre légal ou judiciaire, ainsi que, la divulgation d'informations sans consentement mutuel étant interdite, sous peine d'amende initiale équivalente à 10 % de la valeur de la sentence. La loi applicable à ce Contrat, y compris pour l'interprétation et l'exécution, sera celle du Brésil.



***Note : Transcrire à la fin de la clause ordonnée la clause d'arbitrage simple ou la clause d'arbitrage détaillée ainsi que la clause accessoire.***



Cadastrado

[cnja@cnja-jus.com](mailto:cnja@cnja-jus.com)

Avenida Paulista, 1765 - 7º e 13º andares – São Paulo/SP



# Câmara Nacional de Justiça Arbitral

## CNJA

*Cláusula Compromissória*

### II — CLAUSE ORDONNÉE (RECOMMANDÉE PAR LA CNJA)

En cas de conflit découlant de l'interprétation ou de l'exécution de ce Contrat, les parties déploieront leurs meilleurs efforts pour le résoudre à l'amiable, par le biais de négociations directes entre leurs représentants, dans un délai de 15 (quinze) jours à compter de la réception de la notification écrite de la partie intéressée.

En l'absence de solution par la négociation dans le délai susmentionné, le litige sera soumis à médiation/concertation, conformément à la Loi 13.140/2015 et au Règlement de Médiation de la Chambre Nationale de Justice Arbitrale – CNJA - Brésil, inscrite au CNPJ/MF sous le N° 28.556.430/0001-03, avec la désignation du médiateur à être faite par la CNJA, sauf accord différent entre les parties. Les informations, propositions, concessions et documents produits exclusivement pour la médiation seront confidentiels et ne pourront être utilisés comme preuve dans un arbitrage ou un processus judiciaire éventuel, sauf accord commun ou lorsque exigé par la loi.

En cas d'accord par médiation et/ou conciliation, les parties seront solidairement responsables du paiement des frais et dépens procéduraux, ainsi que des honoraires des médiateurs et conciliateurs, ou conformément à leur manifestation lors de la signature du Termo de Médiation, Conciliation et Arbitrage. Les honoraires d'avocat seront partagés conformément à l'accord des parties ou, en l'absence de celui-ci, à parts égales.

La procédure de médiation/concertation ne pourra excéder 60 (soixante) jours à compter de la signature du Termo de Médiation/Conciliation, prorogeable pour une période égale par accord écrit des parties. L'interruption par l'une ou l'autre des parties n'affectera pas le cours des délais de prescription ou de déchéance, menant directement à la phase d'arbitrage, sauf en cas de réconciliation ultérieure.

En cas de non-atteinte d'un accord dans le délai susmentionné, le conflit sera résolu par arbitrage, à être administré par la Chambre Nationale de Justice Arbitrale – CNJA - Brésil, inscrite au CNPJ/MF sous le numéro 28.556.430/0001-03, conformément à son Règlement et sous les règles de la Loi N° 9.307/96, adoptant la procédure sommaire



cnja@cnja-jus.com

Avenida Paulista, 1765 - 7º e 13º andares – São Paulo/SP



# Câmara Nacional de Justiça Arbitral

**CNJA**

*Cláusula Compromissória*

lorsque la valeur de la cause n'excède pas \$\*\*\*.000,00 (\*\*\*\*\* mille \*\*\*\*\*), ou rituelle lorsque supérieure.

Dans l'arbitrage, les points suivants devront être observés :

§1º L'arbitrage sera conduit par \_\_\_\_\_ (un/trois arbitres).

§2º L'arbitrage aura son siège à \_\_\_\_\_.

§3º La langue officielle de l'arbitrage sera \_\_\_\_\_.

§4º L'arbitrage sera régi par \_\_\_\_\_ (droit/équité).

§5º La partie perdante sera responsable du paiement des frais et dépens procéduraux, ainsi que des honoraires des arbitres et des avocats, à due proportion de sa succombance, conformément à la décision du tribunal arbitral.

§6º Avant la constitution du tribunal arbitral, les parties pourront recourir au Pouvoir Judiciaire exclusivement pour l'octroi de mesures d'urgence, sans que cela constitue une renonciation à l'arbitrage ou une violation de cette clause, élisant le forum de la comarca de [ville/état], avec renonciation à tout autre, observées les règles de compétence applicables. Après constitution du tribunal arbitral, il lui appartiendra de réviser, maintenir, modifier ou révoquer toute mesure d'urgence accordée par le Pouvoir Judiciaire, et il pourra également accorder directement des mesures précautoires et d'urgence.

§7º Toutes les négociations, médiations, conciliations et arbitrages seront confidentiels, couvrant allégations, documents, preuves, rapports, décisions et sentences, à l'exception des divulgations nécessaires au respect d'un ordre légal ou judiciaire, ainsi que, la divulgation d'informations sans consentement mutuel étant interdite, sous peine d'amende initiale équivalente à 10 % de la valeur de la sentence. La loi applicable à ce Contrat, y compris pour l'interprétation et l'exécution, sera celle du Brésil.

**Note : Transcrire à la fin de la clause ordonnée la clause d'arbitrage simple ou la clause d'arbitrage détaillée ainsi que la clause accessoire.**



cnja@cnja-jus.com

Avenida Paulista, 1765 - 7º e 13º andares – São Paulo/SP



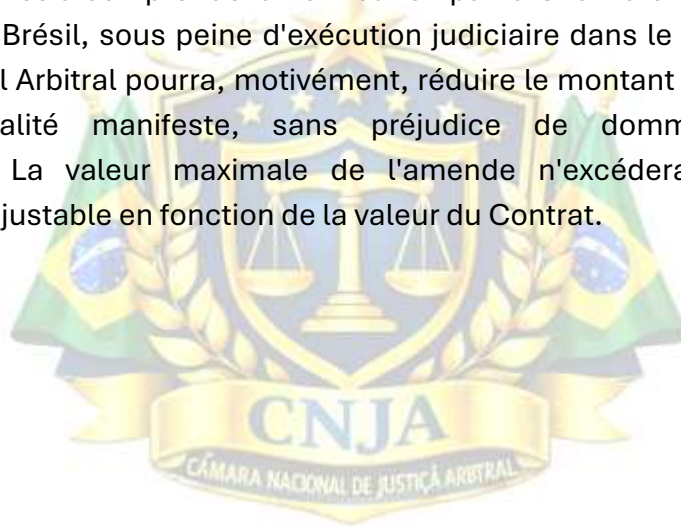
# Câmara Nacional de Justiça Arbitral

## CNJA

*Cláusula Compromissória*

### II — CLAUSE ACCESSOIRE

En cas d'inexécution ou de résistance injustifiée par l'une quelconque des Parties au respect de cette Clause Arbitrale – y compris, sans s'y limiter, le refus de soumettre le conflit à médiation, conciliation ou arbitrage, ou à l'impugnation judiciaire induite de la clause –, la Partie infractrice encourra une amende pénale compensatoire d'un montant de 30 % (trente pour cent) sur le montant total de la condamnation arbitrale (ou, en l'absence de condamnation, sur la valeur estimée de la controverse), en faveur de la Partie adhérente, indépendamment du résultat final de la procédure, favorable ou non à l'infractrice. Une telle amende sera exigible immédiatement, payable dans un délai de 10 (dix) jours calendaires à compter de la notification par la Chambre Nationale de Justice Arbitrale – CNJA - Brésil, sous peine d'exécution judiciaire dans le forum élu par cette clause. Le Tribunal Arbitral pourra, motivément, réduire le montant de l'amende en cas de disproportionnalité manifeste, sans préjudice de dommages et intérêts supplémentaires. La valeur maximale de l'amende n'excédera pas \$\*00.000,00 (\*\*\*\*\*), ajustable en fonction de la valeur du Contrat.



cnja@cnja-jus.com

Avenida Paulista, 1765 - 7º e 13º andares – São Paulo/SP